



Processo nº 20/2025

**Modalidade:** Dispensa de Licitação

**Interessado:** Secretaria Municipal de Administração

**Objeto:** Serviços de conserto e manutenção de bombas submersas

### PARECER JURÍDICO

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR. ANÁLISE JURÍDICA DO PROCEDIMENTO. LEI Nº 14.133/2021.

### **DO RELATÓRIO**

Tratam os presentes autos de processo administrativo, através de solicitação feita pela Secretaria Municipal de Administração de Lagoa de Velhos/RN, para contratação de serviços de conserto e manutenção de bombas submersas dos poços pertencentes ao Município.

Após a instrução processual da fase preparatória, vieram os autos a esta Assessoria para análise e parecer.

É o breve relatório.

### **DO MÉRITO**

A Lei de Licitações dispõe sobre a contratação direta, nos moldes previstos no art. 75, inciso II, que assim dispõe:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

Tais valores foram atualizados pelo Decreto Federal nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024<sup>1</sup>, que a licitação será dispensável quando a aquisição envolva valores inferiores a **R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos)**.

Em sendo assim, ainda que se trate de contratação direta, faz-se necessária a formalização de procedimento que culmine na seleção da proposta mais vantajosa para celebração do contrato, através de procedimento simplificado.

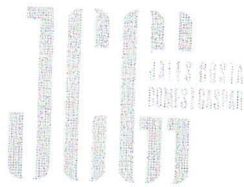
Inicialmente, da instrução processual, recomenda-se sejam observados os requisitos apontados pela Lei nº 14.133/2021<sup>2</sup>, necessários ao procedimento de contratação direta.

<sup>1</sup> Art. 1º Ficam atualizados os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na forma do Anexo.

<sup>2</sup> Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;



Da análise dos autos, observa-se a respectiva abertura com DFD expedido pela Secretaria solicitante, Termo de Referência, estimativa de despesa, informação de disponibilidade orçamentária e autorização da autoridade competente.

Quanto à justificativa, é o que se observa do DFD e Termo de Referência:

## 2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1 Justifica-se a necessidade para atendimento as necessidades de manutenção de bombas submersas de poços artesianos para restabelecer o sistema de abastecimento de água das comunidades, visando suprir as necessidades do abastecimento de água no período de longa estiagem que assola este Município, como de conhecimento notório.

Ainda quanto ao procedimento, em se tratando à contratação direta por dispensa de licitação, RECOMENDA-SE o atendimento ao Decreto Municipal nº 03/2024 que assim prevê:

Art. 21. Na hipótese de dispensa de licitação com base nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, serão **preferencialmente** precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

Parágrafo único. **Na impossibilidade do atendimento do caput, desde que devidamente justificada, poderá ser feita pesquisa direta, com no mínimo 03 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, podendo ser realizada a contratação da proposta economicamente mais vantajosa.**

Frise-se que tal procedimento não é obrigatório, em que pese ser de uso preferencial e exigir motivação para o seu afastamento.

Ressalte-se, ainda, que a lei determina que deve ser selecionada sempre a proposta mais vantajosa sendo, no mínimo, desarrazoado proibir a respectiva contratação direta, conforme as justificativas apontadas.

Da análise dos autos, observa-se o atendimento ao Decreto Municipal, através da publicação do Aviso de Recebimento de Propostas, que dispõe do interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, com o fim de selecionar aquela mais vantajosa.

Restou observado, em seguida, a Ata da Sessão da Dispensa, com a indicação da empresa com menor valor global e de que atendeu aos requisitos do procedimento documentos da empresa a ser contratada, além da JUSTIFICATIVA DA RAZÃO DA ESCOLHA DA EMPRESA VENCEDORA E JUSTIFICATIVA DO PREÇO.

Em que pese a apresentação das justificativas, **considerando que apenas uma empresa apresentou orçamento**, RECOMENDA-SE a verificação/indicação de que os valores apresentados estão compatíveis com os de mercado, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

- III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
- VI - razão da escolha do contratado;
- VII - justificativa de preço;
- VIII - autorização da autoridade competente.

Rua Maria Auxiliadora, 776 Tirol. - Natal/RN - CEP: 59014 - 500  
(84) 2020 - 6848 (84) 2030 - 4747 | (84) 99424 - 2383



RECOMENDA-SE, na oportunidade, **observar se o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora ou se o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza**, sendo aqueles considerados do mesmo ramo de atividade, não atingiu os limites dispostos para a dispensa de licitação.

RECOMENDA-SE, ainda, a verificação das **condições de habilitação** da empresa a ser contratada.

Da análise da minuta contratual, observa-se, a princípio, constarem as cláusulas necessárias para a sua formalização, RECOMENDANDO-SE, no que couber, o atendimento da inclusão das cláusulas constantes do art. 92, da Lei nº 14.133/2021.

Quanto à publicidade, RECOMENDA-SE a publicação do ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato, mantido à disposição, em endereço eletrônico oficial, nos termos do Parágrafo único<sup>3</sup>, do art. 72, da Lei nº 14.133/2021.

Quanto ao objeto da contratação, em que pese a evidência de que o procedimento respeitou as regras e as diretrizes fixadas em lei, de modo que, do ponto de vista jurídico-formal, a contratação é legal, RECOMENDANDO-SE, na oportunidade, a verificação quanto à sua destinação, nos termos da legislação eleitoral.

Com relação à formalização do procedimento administrativo, RECOMENDA-SE que sejam colhidas todas as assinaturas, porventura faltantes, antes da respectiva ratificação e publicação.

### **CONCLUSÃO**

Diante das considerações apontadas e do enquadramento em hipótese de Dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, considerando que as recomendações aqui constantes os requisitos processuais foram atendidos quanto à sua instrução, manifesta esta Assessoria Jurídica pelo regular prosseguimento do feito.

É o parecer, que submeto à consideração superior.

*Lagoa de Velhos/RN, 14 de fevereiro de 2025.*

**Monalisa Cavalcante Barra**

Assessora Jurídica

<sup>3</sup> Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial